



Projeto de Lei n. \_\_\_\_/2023

I

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR  
O PROGRAMA "ADOTE UMA ESCOLA" NO  
MUNICÍPIO DE ILHÉUS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS

**Art. 1º** Fica instituído o Programa "Adote uma Escola" no Município de Ilhéus, com o objetivo de incentivar a sociedade civil organizada e/ou pessoas jurídicas a contribuírem na conservação e manutenção das Escolas e Centros de Educação Infantil – CEI e proporcionar melhorias na qualidade de ensino da rede pública municipal.

**Art. 2º** Para participar do Programa, a sociedade civil organizada, assim compreendida, quaisquer entidades da sociedade civil e as pessoas jurídicas de direito privado legalmente constituídas e cadastradas no município de Ilhéus/BA deverão firmar termo de cooperação com a Direção da Escola e/ou Centro de Educação Infantil - CEI a ser adotada, após consulta com a Secretaria Municipal de Educação.

**Parágrafo único.** Para dar início ao processo de adoção, as pessoas mencionadas no "caput" deste artigo deverão anexar o projeto a ser desenvolvido, para fins de aprovação, ou solicitar um estudo pelo Poder Público Municipal, evidenciando as benfeitorias necessárias.

**Art. 3º** A participação poderá se dar das seguintes formas:

I – Doação de equipamentos e materiais didáticos pertinentes, após análise da Direção da escola adotada;

II – Realização de obras de reforma e ampliação de prédios escolares, de acordo com projeto elaborado pelo Poder Público Municipal;

III – Conservação e manutenção da escola adotada.

§ 1º Na revitalização de entradas/saídas e áreas de lazer, deverá, obrigatoriamente, incluir-se a construção de rampas de acessibilidade e a implantação de, no mínimo, um brinquedo destinado às crianças com deficiência física.

§ 2º A adoção de escolas públicas municipais no âmbito do município de Ilhéus não prejudica e nem retira a função do Poder Executivo Municipal de administrar os próprios bens e equipamentos pertencentes a municipalidade.



**CAMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**  
**VEREADOR EDERJÚNIOR SANTOS DOS ANJOS**  
**PARTIDO UNIÃO BRASIL**

**Art. 4º** É de responsabilidade da entidade ou pessoa jurídica adotante, a execução de projetos elaborados para execução da obra, com verba e materiais próprios, bem como a conservação e manutenção das escolas e centros de educação adotados, obedecendo-se estritamente ao termo de cooperação celebrado.

**Art. 5º** A entidade ou pessoa jurídica adotante ficará autorizada, após a assinatura do termo de cooperação, a veicular publicidade alusiva ao acordo celebrado, conforme padrões e modelos a serem estabelecidos pelo Poder Público Municipal.

§ 1º O ônus com relação à veiculação da publicidade será de inteira responsabilidade do adotante, observados os critérios estabelecidos pelo Município.

§ 2º Caso a entidade adotante se trate de sociedade civil sem fins lucrativos, poderá a mesma usar dos espaços adotados para fins de publicidade visando à arrecadação de fundos para consecução dos objetivos estabelecidos no termo de cooperação, desde que não haja prejuízo ou cause transtornos ao estabelecimento de educação adotado.

§ 3º Fica proibida qualquer publicidade relacionada a cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta Lei, notadamente aquelas que possam promover a violência.

§ 4º O termo de cooperação a ser estabelecido entre as partes não poderá conceder qualquer tipo de uso à entidade participante a não ser aqueles estabelecidos nesta Lei, principalmente no que diz respeito à concessão de uso ou permissão de uso, sendo revogável unilateralmente pela Administração Pública Municipal, sem ônus para esta, quando por conveniência ou por interesse público assim o exigir.

**Art. 6º** Fica o Poder Público Municipal autorizado a conceder outros benefícios para as entidades ou pessoas jurídicas integradas ao Programa.

**Art. 7º** Esta Lei será poderá ser regulamentada a contar de sua publicação, no qual se estabelecerá, entre outras medidas:

- I – Os órgãos ou setores responsáveis pelo processo de adoção;
- II – Os órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos e estudos, conforme parágrafo único do art. 2º desta lei;
- III – A forma, dimensões e tipo de publicidade;





CAMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS  
VEREADOR EDERJÚNIOR SANTOS DOS ANJOS  
PARTIDO UNIÃO BRASIL

**Art. 8º** A adesão ao Programa "Adote Uma Escola", opera-se sem prejuízo da eventual realização de ações, como pequenos reparos e melhorias, por iniciativa de pessoa física ou jurídica.

**Parágrafo único.** As ações previstas no caput não acarretarão os encargos e nem ensejarão os benefícios de que trata o Programa, podendo ser desenvolvidas mediante autorização e sob orientação do órgão competente do Poder Público Municipal.

**Art. 9º.** As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta das dotações próprias constantes do orçamento municipal.

**Art.10º.** Esta lei será regulamentada por decreto do poder Executivo, no que couber.

**Art. 11º.** O Poder Executivo promoverá ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta Lei.

**Art. 12º** Esta Lei entra em vigor após a data de sua publicação.

VEREADOR EDERJÚNIOR SANTOS DOS ANJOS  
PARTIDO UNIÃO BRASIL



### JUSTIFICATIVA

Com grata satisfação e movidos por um espírito de engajamento e busca da melhor educação, bem como de entrega dos melhores equipamentos de educação aos munícipes de Ilhéus, apresentamos a Vossas Excelências o presente projeto de lei municipal que busca instituir em nosso município o programa "Adote uma Escola".

Deve ser colocada que o presente projeto de lei municipal já foi implantado em outros municípios assim como em outros Estados da Federação. Os projetos, assim como no presente caso, visando sempre o aperfeiçoamento da educação e a entrega dos melhores e mais modernos equipamentos de educação, entre eles o essencial como os materiais didáticos atualizados.

O presente projeto de lei além de ajudar a rede pública municipal de educação na manutenção das escolas e centros de educação, incentiva, ainda, a sociedade civil organizada e/ou pessoas jurídicas de direito privado a participar da vida escolar dos nossos munícipes cooperando para a melhoria da qualidade de ensino da rede pública, bem como na conservação e manutenção da infraestrutura escolar, mediante a possibilidade de sua cooperação na educação municipal.

A cooperação se dará mediante à celebração do termo para as diversas formas de participação, seja com a doação de equipamentos e de materiais didáticos, além da realização de obras, estas mediante aprovação e ou elaboradas pelo Poder Público Municipal; possibilitando aos adotantes, em contrapartida a veiculação de sua publicidade.

Diante do exposto, trago à apreciação dos Nobres Edis que integram esta Casa Legislativa e diante do evidente interesse público solicito a respectiva apreciação, na certeza de que após o trâmite legislativo regular, será ao final deliberado e aprovado na forma regimental.

VEREADOR EDERJÚNIOR SANTOS DOS ANJOS  
PARTIDO UNIÃO BRASIL